



Telefoto da sucursal de Brasília

João Yunes, assessor do Ministério, anunciou os salários dos sanitários

Governo exigirá assistência para distribuição de pílula

A Bemfam, que desenvolve programas de planejamento familiar em vários Estados do Brasil, será obrigada a reformular sua atividade, estabelecendo o acompanhamento médico constante a todas as mulheres para as quais distribui pílulas anticoncepcionais. Se não acatar as recomendações do Ministério da Saúde, aprovadas recentemente pelo Conselho de Desenvolvimento Social, o Ministério poderá coagir os Estados a obedecerem às novas normas de planejamento familiar, vetando a liberação de verbas federais.

Antes mesmo que o Ministério da Saúde coloque em prática essas advertências — feitas anteontem à noite pelo ministro da Saúde, quando expôs a 400 participantes da Conferência Nacional as linhas da política materno-infantil do governo — alguns Estados já começam a se adequar ao programa oficial de planejamento familiar. O secretário de Saúde da Paraíba, Clóvis Bezerra, anunciou que pretende romper o convênio com a Bemfam e o secretário de Saúde do Rio Grande do Norte, Lavoisier Maia Sobrinho, disse que não sabe se manterá o convênio que assinou com a entidade no início do atual governo, agora que o Ministério da Saúde já definiu como deve ser o planejamento familiar. Além desses dois Estados, a Paraíba, Alagoas e Pernambuco têm convênios semelhantes com a Bemfam.

Em sua exposição, depois de deixar claro que os Estados que possuem convênio com a Bemfam não vinham dando acompanhamento médico às mulheres atendidas pelo programa de planejamento familiar, Almeida Machado disse que tentará convencê-los a aceitar as normas aprovadas pelo Conselho de Desenvolvimento Social. Embora reconheça a auto-

noma dos Estados na área da saúde — “as Secretarias são livres para fazer o que quiserem” —, o ministro afirmou que não hesitará em usar a coação econômica caso não seja atendido.

“Vamos fazer o possível para negociar com a Bemfam, para que aceite a necessidade do acompanhamento médico às usuárias de pílulas anticoncepcionais. Temos que conseguirmos 18 meses que restam do atual governo”, disse o ministro, acrescentando que “nos próximos meses tentaremos negociar também com os Estados para que se enquadrem mas, se dentro de um ano não formos ouvidos, a coisa fica mais difícil”.

CONDICÕES

O secretário de Saúde do município de São Paulo, Fernando Proença de Gouveia, disse que a Prefeitura paulistana tem infraestrutura para atender gestantes de alto risco e que mais de 100 médicos generalistas contratados poderão prestar o acompanhamento necessário.

Ao lembrar que o ministro da Saúde enfatizou a validade de um programa nesse campo com o acompanhamento médico, Fernando Proença de Gouveia afirmou que a distribuição de anticoncepcionais poderá ser ampliada em São Paulo, atingindo os casos de alto risco entre as seis mil mulheres atendidas nos centros de saúde. “A distribuição de pílulas — explicou — já vinha sendo estudada e realizada em caráter experimental mas agora vamos ampliar o programa, em vista da abertura do governo nesse sentido.”

No Rio Grande do Sul, segundo o secretário Jair Soares, este ano deverão ser atendidas cerca de duas mil gravidez de alto risco nas 334 unidades de saúde existentes no Estado. Segundo o secretário de Saúde gaúcho “existe o risco de o programa ser mal interpretado e as

pílulas serem distribuídas por outros motivos, além das razões médicas alinhadas pelo Ministério da Saúde e por isso, o Rio Grande do Sul terá apenas um projeto piloto nesse sentido”.

Jair Soares disse que inicialmente, a distribuição de pílulas anticoncepcionais para espaçamento das gestações vai atingir os municípios gaúchos em que há médico para o acompanhamento das pacientes. Até o final do atual governo, o Estado terá ampliado para 400 unidades sua rede de atendimento e, com a contratação de novos médicos, o planejamento familiar poderá ser estendido a maior número de cidades.

Assessores do ministro Almeida Machado esclareceram que o fato de o Programa de Prevenção de Gravidez de Alto Risco atingir apenas 80 mil mulheres nos próximos três anos não impede que os Estados possam atender clientela maior, com recursos próprios ou da Bemfam. O importante, segundo afirmaram, é que as pílulas sejam ministradas com acompanhamento médico, como determina a política materno-infantil aprovada pelo CDS.

Praticamente todo o Ministério da Saúde, todos os secretários estaduais e parlamentares da Comissão de Saúde da Câmara reuniram-se para ouvir a palestra do ministro Almeida Machado sobre o planejamento familiar, incluída na última hora no programa da VI Conferência Nacional de Saúde, segunda-feira.

Ontem, reafirmando as explanações do ministro sobre a orientação governamental a respeito do assunto, o Ministério da Saúde distribuiu nota oficial à imprensa. A mesma nota divulgada e logo a seguir recolhida na última sexta-feira, logo após a aprovação do programa no CDS.